



ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ESTUDO DE CASO NA CAPITAL FEDERAL

ARTIGO ORIGINAL

CAMPELO, Vladimir Eugênio Pascoal¹, SANTOS, Francisco Carlos Barbosa dos²

CAMPELO, Vladimir Eugênio Pascoal. SANTOS, Francisco Carlos Barbosa dos. **Arranjos produtivos locais: estudo de caso na capital federal**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 08, Vol. 03, pp. 71-90. Agosto de 2023. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/arranjos-produtivos>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/administracao/arranjos-produtivos

RESUMO

O Distrito Federal é uma unidade federativa atípica, com políticas territoriais balizadas em face à sua condição de Capital Federal, precipuamente para acomodar os poderes constitucionais e desempenhar funções administrativas, mas que se tornou pujante no comércio e na prestação de serviços, a partir de arranjos mercantis inicialmente pouco competitivos. Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo investigar o tema Arranjos Produtivos Locais – APL como elemento dinamizador da economia no DF, e legar uma análise descritiva, com potencial valor para futuras consultas em nível de políticas públicas e de desenvolvimento regional. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas, consultas documentais e entrevistas com servidores públicos relacionados ao setor, com fulcro na percepção e relevância dos APL na pesquisa. O roteiro estruturado de perguntas aos *experts* (doutores, mestres e especialistas) trouxe resultados que permitem conectar atributos latentes aos APL no DF, chancelando metodologia, apontando críticas e sugestões, permitindo vislumbrar contínua revisão e futuro aprofundamento da pauta.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local, Cidades Satélites DF, Vocações Econômicas.

1. INTRODUÇÃO

A origem dos Arranjos Produtivos Locais remonta às Corporações de Ofício da Idade Média na Europa do século XI, momento em que as transformações econômicas agitavam os reinos do velho continente desde a queda do Império Romano, no século

V. As Corporações de Ofício eram, para um melhor entendimento, associações de trabalhadores de mesmo ofício, que se reuniam para defender interesses mútuos (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014).

A mútua cooperação entre estabelecimentos resultou no fortalecimento econômico integrado europeu (MARTINS, 2012); no Renascimento Comercial e Urbano (“burgos ou cidades prósperas”); feiras medievais; atividades fiduciárias; e em investimentos massivos nas rotas comerciais (SILVA, 2015; MAURO, 2021). No século XVIII, com o advento da Revolução Industrial (1.760), houve expressivo avanço tecnológico nos setores econômicos primário (extração de matérias primas, pesca e agricultura), secundário (indústria têxtil, metalúrgica, naval, automobilística e construção civil) e terciário (comércio e serviços) (SOUSA, 2022).

Pelo exposto, apura-se que os Arranjos Produtivos Locais – APL são resultado da evolução das Feiras Medievais, conforme Figura 1, mormente à propositura de políticas públicas de investimentos, balizando ideário ao presente artigo:

Figura 1 - Evolução das Cadeias Produtivas



Fonte: Autor, 2023.



2. CLUSTERS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APL

A Europa concebeu os primeiros *clusters* nos anos 1960 na Alemanha e nos anos de 1970, na Itália (FUINI, 2013), com inspirações *mashallianas* e fulcro no renomado economista, que já havia detalhado as aglomerações produtivas no início do século XX (LEITE, KOBOLD, 2017). *Clusters* são estabelecimentos comerciais especializados, associados e com objetivos econômicos competitivos, em dada região geográfica (PORTER, 1998).

Também nos anos 1970, destaque norte-americano para os “novos espaços produtivos”, como na Califórnia - Vale do Silício; e Massachusetts - Rodovia 128 (BENKO, 2009). No Brasil, a retração econômica dos anos 1980 levou a *clusterização* nacional para 1990, através dos primeiros Arranjos Produtivos Locais, que se transformaram em ferramentas de política econômica para “eventual moderação das desigualdades regionais”.

Os denominados polos de tecnologia (tecnopolos) ou parques tecnológicos; endossaram a relevância da concentração geográfica, traçando verdadeiro paralelo entre os *clusters* do Vale do Silício na Califórnia, e os aglomerados do Vale da Eletrônica em Santa Rita do Sapucaí (GARCIA et al., 2015).

Para o SEBRAE (2014), os APLs são caracterizados como aglomerados de empresas situadas na mesma região, que mostram especialização produtiva e estabelecem vínculos de articulações, interações, cooperações e aprendizados tanto entre si como com entre outros atores locais, conforme ilustrado no Quadro 01:

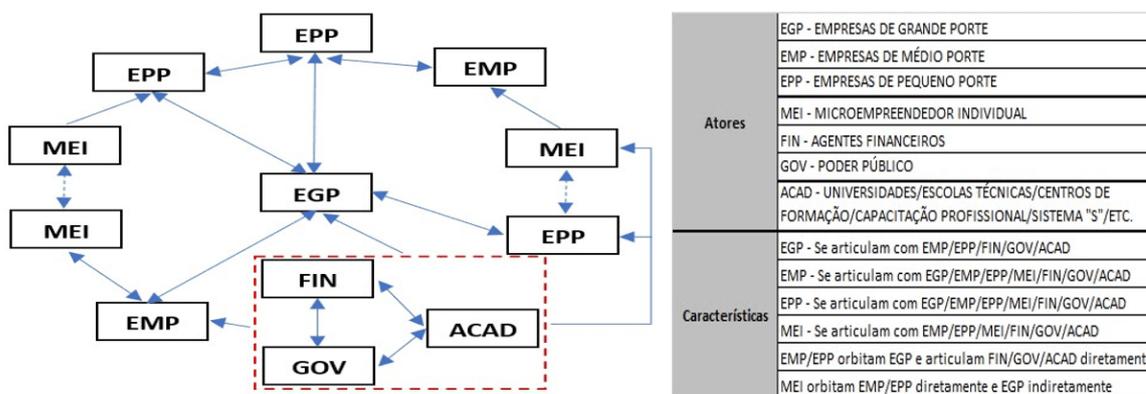
Quadro 1 – Aspectos típicos aos APL

Atores	Aglomerados de empresas de pequeno porte
	Empresas de pequeno porte orbitam as de grande porte
	Associações, instituições de apoio, serviços, financeiras, ensino, pesquisas, poder público, etc.
Características	Interação entre os atores
	Flexibilidade de produção e organização
	Mão de obra específica e qualificada
	Competição baseada na inovação
	Troca de informações e experiências
	Identidade cultural entre os atores
	Mútua confiança e sinergia entre os atores

Adaptado pelo autor – SEBRAE, 2002.

De acordo com Campos, Lemos e Wander (2017), APL são descritos como configurações geográficas de organismos sociais, políticos e econômicos, unidos pelo interesse mútuo em uma certa cadeia produtiva, o que se inclui entidades privadas e públicas de formação profissional (Figura 2). A formação de APLs tem levado os avanços em eficiência, pois sua aglutinação impulsionou estabelecimento de estrutura de governança compartilhada (FUINI, 2013).

Figura 2: Vínculos dinâmicos de articulação produtiva



Fonte: Autor, 2023.



APL estimulam sustentabilidade socioeconômica, ambiental e cultural das populações urbanas e rurais, onde uma parcela de empreendedores se agrupa em um mesmo território, atuando em apoio sinérgico para uma produtividade específica, competitiva e com base em suas vocações, como varejo, atacado, indústrias leves, pesadas, agrícolas, etc. (PITANGUI; TRUZZI; BARBOSA, 2019).

Arranjos produtivos de pequeno e médio portes se amparam nas questões territoriais, integrando inovação e vocações locais, face às suas habilidades em responder aos desafios competitivos (SILVA; DI SERIO, 2016). Definir APL se mostra complexo, exigindo a análise de vários fatores empíricos, como desenvolvimento regional, institucional, custos econômicos e industriais. Em função desta complexidade, uma negligência singular tem levado vários arranjos produtivos locais ao fracasso: a falta de integração (DEBORTOLI et al., 2020).

2.2APL NO BRASIL

A Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (2017), aponta 839 arranjos produtivos locais distribuídos nas 26 capitais, mais o Distrito Federal, com 40 setores dispersos, gerando 3.058.244 empregos diretos (Observatório/ME/2022[3]). A Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação do Instituto de Economia da UFRJ – RedeSist, mapeou os APL nas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país (JÚNIOR; ROSA; ALBERNAZ, 2022).

A RedeSist[4] é uma rede de pesquisas interdisciplinares, fundada em 1997, com sede no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e conta com a parceria de centros de pesquisa no Brasil e exterior. Campos, Lemos e Wander, (2017) também salientaram o papel da RedeSist, cujos estudos apontaram que a performance competitiva dos APL está ligada aos conceitos de inovação e transferência de aprendizado, opinião corroborada por Cassiolato e Lastres (2005).



2.3 APL NO ESTADO DE GOIÁS

No Estado de Goiás, os primeiros APL foram criados no ano 2000 (MCTI), através dos *clusters* piloto farmacêutico, entre as cidades de Anápolis e Goiânia, e agrícola, em Rio Verde. Estão presentes em 166 municípios e, a maioria, tratada por APL articulado, ou seja, com ações de planejamento e governança definidas. Com o êxito dos projetos, foi criada a Rede Goiana de Arranjos Produtivos Locais – RG-APL (JÚNIOR; ROSA; ALBERNAZ, 2022), conforme Quadro 2:

Quadro 2: RG-APL Goiás E. Jr., L. Rosa e P. Albernaz

1. APL de Calçados	Goiânia e Goianira
2. APL de Minerais e Cristais de	Cristalina
3. APL de TI	Goiânia e Aparecida de Goiânia
4. Arranjo Produtivo Lácteo	São Luis de Montes Belos
5. Desenvolvimento do Turismo	Caldas Novas e Rio Quente
6. Desenvolvimento do Turismo	Pirenópolis

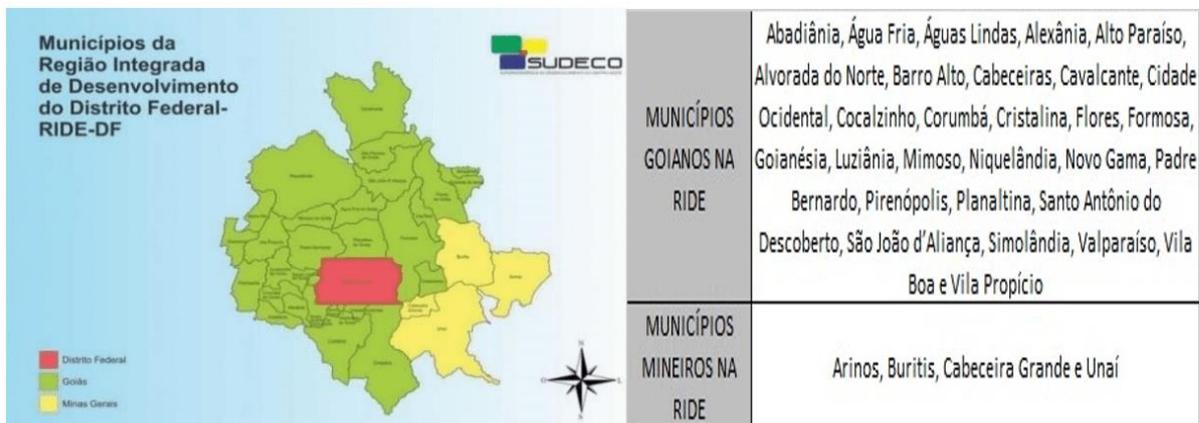
Fonte: Adaptação CAMPOS et al., 2004.

Na opinião de Debortoli *et al.*, (2020), os APL são importantes instrumentos de planejamento estratégico do poder público, tendo sido criada a Rede Goiana de Arranjos Produtivos Locais – RG/APL, ferramenta de políticas públicas aplicada ao desenvolvimento local e regional, bem como à participação dos gestores públicos (JÚNIOR; ROSA; ALBERNAZ, 2022). Goiás experimenta, desde o início do século, avanço de seus APL com ênfase nas vocações produtivas, em detrimento à atração de investimentos sem quaisquer fundamentos nesta realidade (RIBEIRO; LUZ, 2018).

2.4 APL NO ENTORNO – RIDE-DF

A RIDE-DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (LC nº 94, de 19 de fevereiro de 1998), chamada de “Entorno do DF” (Figura 4), é formada por 33 cidades mais Brasília, sendo 29 unidades pertencentes ao Estado de Goiás e 04 a Minas Gerais:

Figura 4 - Municípios pertencentes à Poligonal da RIDE-DF



Fonte: SUDECO, 2020.

No âmbito da RIDE-DF destaca-se o Conselho de Administração – COARIDE[5], organismo vinculado à Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO, cujas incumbências prevê a implementação do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do DF (ANDRADE, 2017), através de cooperação intermunicipal e objetivos específicos de inclusão, associação, equilíbrio fiscal e fomento produtivo (SURDI, 2018).

Matias (2017) encerra que as municipalidades da RIDE-DF possuem riquezas naturais capazes de moldar seus PIB de forma vocacionada, como as belas cachoeiras de Formosa e Pirenópolis, cuja indústria turística é expressiva; extração e produção de níquel, em Niquelândia; os cristais de Cristalina; agricultura em Unaí, maior produtora de grãos no Estado de Minas Gerais, com 724,5 mil toneladas (IBGE, 2021). Portanto, a RIDE-DF[6] deve ser encarada, também, pela diversificação vocacional (IPEDF, 2022).

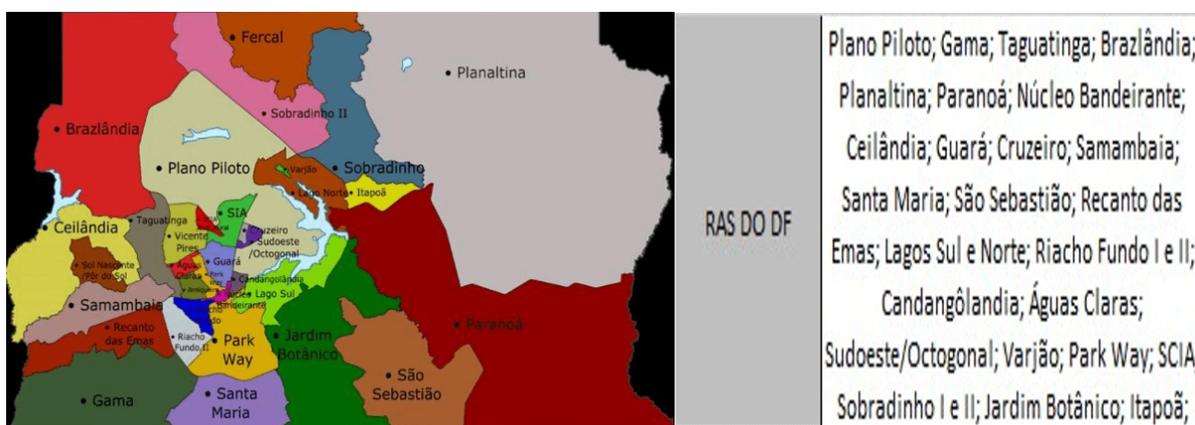
2.5APL NO DISTRITO FEDERAL

O DF é o menor dos 27 estados do país, com 5.760,784 km²; população estimada em 3.094.325 habitantes; 3^a mais populosa do país, atrás de São Paulo, com 12,4 milhões de habitantes e Rio de Janeiro, com 6,8 milhões (IBGE, 2021). DF, SP e SC são, respectivamente, os estados com os maiores Índices de Desenvolvimento Humano -

IDHM (0,850; 0,826; e 0,808); Polo Econômico Regional e Metropolitano; e mercado consumidor de 2,9 milhões de pessoas, cuja renda chega a ser três vezes superior à média nacional (SEEC, 2022).

O DF possui 33 (trinta e três) “cidades-satélites” ou “subdivisões territoriais” (BRASIL, 1964), denominadas Regiões Administrativas (RAs), devido à identidade jurídica no desempenho das funções de Estado e Município, conforme Figura 5 (abaixo):

Figura 5 - Regiões Administrativas na Poligonal do DF



Fonte: Autor, 2023.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE publicou a Portaria N^o 11, de 14/02/2022, com a lista de Arranjos Produtivos Locais – APL de interesse, identificados no DF (Quadro 3):



Quadro 3 – Identificação dos APL no DF

LISTA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL 's) IDENTIFICADOS NO DISTRITO FEDERAL PELA SDE		
CÓDIGO	APL	LOCALIZAÇÃO
APL 1	AGRICULTURA	RA – BRAZLÂNDIA RA – PLANALTINA RA – PARANOÁ
APL 2	BIOECONOMIA	RA – PLANO PILOTO RA – LAGO SUL RA – LAGO NORTE
APL 3	ECONOMIA CRIATIVA	RA – PLANO PILOTO RA – LAGO NORTE RA – LAGO SUL RA – TAGUATINGA RA – ÁGUAS CLARAS RA – CEILÂNDIA RA – GAMA RA – GUARÁ
APL 4	LOGÍSTICA	RA – SÃO SEBASTIÃO RA – SOBRADINHO I RA – SOBRADINHO II RA – TAGUATINGA RA – CEILÂNDIA RA – SAMAMBAIA
APL 5	TIC	RA – LAGO NORTE RA – PLANO PILOTO RA – BRAZLÂNDIA
APL 6	TURISMO	RA – PARANOÁ
APL 7	SAÚDE	RA – PLANO PILOTO RA – PLANO PILOTO

Fonte: Autor, 2023.

3. METODOLOGIA

Para responder à pergunta de pesquisa arrazoada neste artigo, foi feita uma investigação baseada em uma abordagem qualitativa, com análise de dados e conteúdo, por meio de entrevistas em profundidade e uma amostragem tipo bola-de-



neve. Esta técnica foi adequada para esta finalidade, pois é congruente em amostras não probabilísticas, para se pesquisar grupos difíceis de serem acessados, e quando não se há precisão sobre sua quantidade (VINUTO, 2014).

O método bola-de-neve (*snowball sampling*) é uma técnica presente nos EUA desde meados do século passado, com objetivos de esclarecer e apurar criticamente temas e entrevistas de diversas fontes de dados (SANTOS, 2012). O estudo de caso é uma ferramenta ampla de pesquisa científica e foi empregado para se discutir como o DF, originalmente concebido para cumprir funções político-administrativas, tornou-se pujante economicamente.

O método de entrevistas é uma prática investigativa acurada, criteriosa e bastante indicada, sejam elas abertas ou fechadas. De um lado, tem-se a análise documental focada na revisão dos dados, sua classificação e organização e, do outro, a análise do conteúdo, ligado diretamente às respostas e resultados das entrevistas. A análise de conteúdo é baseada nas evidências para se desvelar juízo, atingindo o objetivo de modo racional, seguro e livre de vieses (SANTOS, 2012). As entrevistas foram feitas por meio de um questionário estruturado, conforme Quadro abaixo:

Quadro 4 – Matriz de amarração específica

Perguntas	Artigos específicos relacionados
Na visão do entrevistado, quais APL mais se desenvolveram no Distrito Federal?	SCHLABITZ, Clarissa J., FIGUEIREDO, J. F. M, COITINHO, R.C. (2022) Conjuntura Econômica: Performance das Atividades Produtivas do DF, Codeplan, Brasília
Na opinião do entrevistado, os APL existentes nas RAs do DF interagem entre si?	CASSIOLATO, José Eduardo e LASTRES, Helena M. M. (2005) Innovation systems and local productive arrangements: New strategies to promote the Generation, acquisition and diffusion of knowledge
RAs mais próximas ao Plano Piloto detém os APL mais articulados e desenvolvidos?	CARVALHO, Rogério Galvão de., et al. (2021). Política pública de atração de investimentos em Brasília: erros e acertos. SOBRAL, Carlos Henrique Menezes (2008). Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride/DF



Os APL recentemente identificados no DF possuem vocação própria ou foram influenciados por Brasília?	SCHLABITZ, Clarissa J. (2017). Mapeamento da Atividade Econômica no DF. Companhia de Planejamento do Distrito Federal, Codeplan, Brasília
Quais as formas do GDF aprimorar os rumos para uma produção mais sustentável e inovativa dos APL no DF?	NOCKO, Larissa e SCHLABITZ, Clarissa J. (2018). Microempreendedores da Cultura no Distrito Federal. Texto para Discussão no 34. Companhia de Planejamento do Distrito Federal, Codeplan. Brasília
Há relação direta entre a produtividade e o grau de escolaridade no DF?	LEITE, Eduardo Dias; KOBOLD, Elizângela Capanema S. (2017). A Educação Profissional e os Arranjos Produtivos Locais Promovendo o Desenvolvimento Regional no Distrito Federal

Fonte: Autor, 2023.

As entrevistas em profundidade (*in depth*) foram realizadas de forma presencial junto a 07 (sete) especialistas lotados em órgãos públicos, como Instituto de Pesquisa e Estatística do DF/Companhia de Planejamento do DF (IPEDF/CODEPLAN); Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE); Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do DF (SEPLAD); Hospital da Criança de Brasília (HCB); Empresa Brasileira de Cooperação (EBC); Secretaria de Obras e Infraestrutura (SINESP) e Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

Os pesquisadores foram convidados pessoalmente, em visitas às respectivas repartições ou contato telefônico, seguido de correspondência eletrônica explicativa. As entrevistas, através de questionário estruturado e análise de conteúdo das respostas dos *experts*, subsidiaram o aprofundamento dos estudos e ofereceram, ainda, **recomendações** e elementos que apontaram pela necessidade de investigações futuras sobre o tema APL no DF.

3.1 ELABORAÇÃO, VALIDAÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Questionário elaborado com fulcro nos objetivos do artigo, de fácil entendimento, testado e validado por um grupo sênior de profissionais (MARCONI; LAKATOS, 2017).



Sua aplicação, obtenção de dados a partir da amostra, análise, interpretação e conclusão encerram as fases da pesquisa científica (LEÃO, 2017).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Quadro 5 abaixo indica a formação dos entrevistados. Pode-se observar que, em sua maioria, têm formação na área administrativa, bem com um alto nível de formação técnica.

Quadro 5 – Variáveis dos Entrevistados

1	PhD	Distrital	F	IPEDF	S (2º)	Economia
2	PhD	Federal	M	EBC	N	História
3	PhD	Federal	M	IPEA	N	Economia
4	MsC	Distrital	M	SDE	S (1º)	Economia
5	MsC	Distrital	M	HCB	S (7º)	Administração
6	MsC	Distrital	M	SDE	S (5º)	Administração
7	MsC	Distrital	M	SINESP	N	Direito
8	MsC	Distrital	M	SDE	S (3º)	Administração
9	MBA	CLT	F	SDE	S (4º)	Administração
10	EsP	Distrital	F	TCDF	S (6º)	PPGG

Fonte: Autor, 2023.

Dos 10 (dez) convidados, 08 (oito) atenderam ao convite; 07 (sete) engajaram e responderam ao roteiro estruturado de perguntas; e 03 (três) tiveram que declinar da participação. Para melhorar a eficácia da ferramenta, procurou-se limitar a extensão do questionário e manter estreito alinhamento aos objetivos do artigo (MARCONI; LAKATOS, 2017). Os resultados obtidos nas entrevistas são apresentados de acordo com a Tabela 1:



Tabela 1 – Resultados obtidos nas entrevistas

Entrevistado	Análise das Entrevistas – Pontos Positivos, Neutros e Negativos (no âmbito da gestão dos Arranjos Produtivos Locais no Distrito Federal)
E1	<ul style="list-style-type: none">• Negativo: Concessão antecipada de benefícios fiscais e sem critérios firmes de contrapartida dos empreendedores;• Negativo: Ausência de políticas públicas específicas aos APL;• Neutro: Os APL se desenvolveram naturalmente no DF e foram mapeados;• Neutro: Não corrobora nem refuta interação e <i>spreading</i> entre os APL no DF;• Negativo: Não há sustentabilidade e inovação entre os APL no DF e RIDE; e• Negativo: Não há engajamento das escolas profissionalizantes, técnicas e academia, para a elaboração de um novo modelo de desenvolvimento econômico, inovador, disruptivo e sustentável para a geração de emprego e renda no DF.
E2	<ul style="list-style-type: none">• Positivo: APL logístico foi o que mais evoluiu no DF, seguido por obras civis, TIC, saúde e educação;• Positivo: APL da agricultura obteve apoio federal da EMBRAPA;• Positivo: APL no Plano Piloto é herança resistente e teve na construção civil engajamento em todas as RA;• Positivo: APL no DF interagem entre si, com destaque para a construção civil;• Positivo: Há boa formação profissional, atração de investimentos, economia verde, incentivos fiscais e excelente infraestrutura urbana para fortalecer os APL no DF; e• Negativo: O DF possui mão de obra capacitada, mas estatisticamente se encontra em maior número no setor público, competindo com o privado no mercado de trabalho.
E3	<ul style="list-style-type: none">• Positivo: Portaria SDE Nº 11/2022 identificou APL de TIC, logística, agricultura, turismo, economia criativa e bioeconomia bem evoluídos no DF;• Positivo: APL Plano Piloto são robustos e sustentáveis (territorialidade);• Positivo: No DF, vários APL tiveram origem nas ADE;• Positivo: APL no DF interagem entre si, com destaque para o agronegócio;• Positivo: O planejamento urbano no DF é propício ao desenvolvimento dos APL; e



	<ul style="list-style-type: none">• Neutro: O entrevistado não emitiu opinião acerca da capacitação de mão de obra.
E4	<ul style="list-style-type: none">• Positivo: Estudos conjuntos entre GDF e União apontam APL evoluídos no DF, com destaque para saúde, tecnologia, ciência, indústria, moda e obras civis;• Positivo: Há vínculos entre APL Plano Piloto e RA, com níveis distintos de articulação;• Positivo: GDF vem fomentando o empreendedorismo, em detrimento ao setor público;• Positivo: Significativa interação comercial e política em prol dos APL no DF; • Positivo: O DF possui PDL e PDOT como aliados à sustentabilidade dos APL; e• Positivo: GDF vem apostando em mão de obra tecnológica para os APL.
E5	<ul style="list-style-type: none">• Positivo: Os APL mais desenvolvidos no DF são: hotelaria, turismo, saúde, educação, economia criativa e agricultura;• Neutro: RA desenvolveram seus APL, moderando dependência por Brasília/P.Piloto;• Neutro: No DF, APL tiveram origem no empreendedorismo de oportunidade (espontâneo) ou por necessidade (compulsório);• Positivo: APL interagem entre RA, devido à reduzida e setorizada poligonal do DF;• Positivo: GDF tem investido em ambiente de negócios, atração de investimentos e ampliação da infraestrutura para os APL; e• Positivo: Mão de obra qualificada e um dos melhores níveis de formação no país, refletindo em competitividade e produtividade evidentes nos APL do DF.
E6	<ul style="list-style-type: none">• Positivo: Alto poder aquisitivo, PIB voltado ao setor de serviços e espaço urbano limitado fazem do APL de TIC providencial para o DF;• Positivo: APL identificados no DF se formaram por zoneamento (territorialidade);• Positivo: GDF apoiou zonas produtivas mais distantes do centro de Brasília, devido ao zoneamento urbano e logística (ADE);• Negativo: Não há interação organizada entre APL no DF, exceto para o agronegócio;• Positivo: Investimento forte em infraestrutura urbana, alavancando APL existentes; e• Negativo: Apesar do bom nível de escolaridade, isso não se reverte em engajamento de profissionais no mercado de trabalho.
E7	<ul style="list-style-type: none">• Positivo: APL fortalecidos pelo GDF: TIC, saúde, turismo, agro, moda e logístico;



<ul style="list-style-type: none">• Positivo: APL no Plano Piloto são mais articulados, mas nas RA são mais pujantes;• Negativo: Agentes endógenos e fatores locais podem “sugerir vocação”, mas é preciso aprofundamento aos estudos;• Positivo: APL interagem em serviços, insumos, mão de obra, etc., inclusive na RIDE;• Neutro: Aprimorar linhas de crédito, incubadoras e maiores políticas de incentivo às microempresas, bem como atrair investimentos de ímpeto inovador em locais estratégicos, com ênfase para TIC, logística, automotivo, saúde e educação; e• Positivo: DF possui grau de escolaridade acima da média nacional e trabalhadores mais qualificados, que podem levar seus APL a bons resultados no exercício da função.
--

Fonte: Autor, 2023.

Observa-se na Tabela 1, que apenas um dos entrevistados divergiu diametralmente às respostas em relação aos demais. O entrevistado em questão asseverou que a vocação original do DF, puramente administrativa, incorreu em propostas políticas equivocadas para o fomento produtivo e a atração de investimentos. A concessão antecipada de benefícios fez parte de um modelo de desenvolvimento sem critérios firmes de contrapartida, revelando-se ineficaz.

Acautelou o entrevistado que urge a participação da academia, no sentido de se discutir e produzir projetos para a substituição do modelo de desenvolvimento econômico vigente, por um que seja disruptivo, eficiente, inovador e realmente sustentável na geração de emprego e renda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo em contribuir acadêmica e profissionalmente, discutindo o tema APL como elemento dinamizador da economia no Distrito Federal e legando, assim, uma análise descritiva com potencial valor para futuras consultas em nível de políticas públicas e de desenvolvimento regional, foi atingido. O roteiro estruturado de perguntas aos *experts* proporcionou opiniões que apontam pela necessidade de se aprofundar no tema.



Pode-se concluir, baseado nesta pesquisa, que os pontos-chaves levantados pelos entrevistados estão relacionados às questões de infraestrutura, regulação e aos desdobramentos dos APL em progresso no âmbito privado, atuando em áreas específicas e no interesse econômico mútuo, mas sem o devido “tratamento do governo”. Com a recente publicação do mapa das áreas de interesse econômico identificando os APL no DF, o governo promete mais eficiência produtiva.

Dessarte, apartados o teórico do prático, cumpre repisar que o termo “prático”, aqui enfatizado, significa “resultados reais”, ou seja, aqueles que poderão indicar soluções aplicáveis aos APL do DF, em consonância aos entendimentos dos *experts* entrevistados, a saber:

- Promover o engajamento urgente das escolas técnicas, profissionalizantes e academia, no sentido de se elaborar um novo modelo de desenvolvimento econômico;
- Definir políticas públicas de incentivo aos Arranjos Produtivos Locais – APL;
- Suspender benefícios fiscais concedidos sem critérios firmes de contrapartida;
- Fomentar incubadoras e políticas de investimento em microempresas;
- Utilizar os marcos legais existentes, PDL, PDAI, PDOT, etc., em prol dos APL;
- Estimular os APL tecnológicos, considerando as limitações espaciais do DF;
- Impulsionar os APL com base no planejamento urbano, como nas ADE;
- Atrair novos modelos, investir em ambientes de negócios e promover os APL existentes;
- Atrair PPP, investir em economia verde e promover incentivos fiscais aos APL atuais;
- Criar mecanismos de articulação e de sustentabilidade aos APL do DF e RIDE;
- Investir em energias renováveis, tecnologia de ponta e nas profissões do futuro;
- Estimular mão-de-obra capacitada aos APL, em detrimento ao setor público.

Embora com o uso de recursos tecnológicos simples e de baixo custo, espera-se que o artigo apresentado auxilie pesquisadores em futuras investigações sobre o tema APL.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, W. S. **RIDE-DF e Entorno**: Que Mudança Institucional Ocorreu no Período de 1998-2017?. Monografia (Bacharel em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. Brasília, agosto de 2017.

BENKO G. Economia urbana e regional na virada de século. *In*: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 115-150. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf>>.

BRASIL. **Lei Nº 4.545, de 10 de dezembro d 1964**. Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 10 de dezembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

CAMPOS, R. R. et al. **Estrutura produtiva, governança e ação pública**: um painel das micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais. Nota Técnica do Projeto Micro e Pequenas Empresas em Arranjos Produtivos Locais no Brasil, SEBRAE/UFSC, 2004.

CAMPOS, A. L. G., LEMOS, W. S., WANDER, A. E. Panorama dos Arranjos Produtivos Locais no Estado de Goiás, 2013 a 2016. **VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional** (p. 16) – Santa Cruz do Sul/RS/UNISC, 2017.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, E. R. Q. **APL – Arranjo Produtivo Local**. SEBRAE, Brasília, 2014.

CARVALHO, R. G. et al. Política pública de atração de investimentos em Brasília: erros e acertos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 02, Vol. 01, pp. 21-59, 2021.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Innovation systems and local productive arrangements: New strategies to promote the generation, acquisition and diffusion of knowledge. **Innovation: Organization & Management**, 2005.

DEBORTOLI, J. V. C; et al. Meta-estudo crítico de pesquisas em arranjos produtivos locais. **REAd**, 2020.

FUINI, L. L. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, 9(2), 2013.

GARCIA, R. et al. Desenvolvimento local e desconcentração industrial: uma análise da dinâmica do sistema local de empresas de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí e suas implicações de políticas. **Economia e Sociedade Brasileiras**, 2015.



IBGE. IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2021. Agência IBGE Notícias, 2021. Disponível em: <[IPEDF. **Região integrada de desenvolvimento do distrito federal e entorno - Ride/DF**. Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Arranjos Produtivos Locais, Ministério da Integração Nacional, 2022. Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/A-Experi%C3%Aancia-da-Regi%C3%A3o-Integrada-de-Desenvolvimento-do-Distrito-Federal-e-Entorno.pdf>>.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021#:~:text=Em%201%C2%BA%20de%20julho%20de,(2%2C9%20milh%C3%B5es)>>.</p></div><div data-bbox=)

JÚNIOR, E. E. M., ROSA, L. V. N., ALBERNAZ, P. S. S. Arranjo produtivo local em Goiás: estudo socioeconômico e em. **Portal de Periódicos Unisantos**, 48, 145-158, 2022.

LEÃO, L. M. **Metodologia do Estudo e Pesquisa**: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis. RJ: Vozes, 2017.

LEITE, E. D.; KOBOLD, E. C. S. A educação profissional e os arranjos produtivos locais promovendo o desenvolvimento regional no distrito federal. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v2, n. 3, p. 107-129, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, M. S. N. A arte das corporações de ofícios: as irmandades e o trabalho no rio de janeiro colonial. **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, 2012.

MATIAS, Á. **RIDE-DF (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno)**. Brasil Escola, 2017.

MAURO, G. **Baixa idade média**: as corporações de ofício. Notícias Concursos, 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **APL**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais-apl>>.

NOCKO, L.; SCHLABITZ, C. J. **Microempreendedores da Cultura no Distrito Federal**. Texto para Discussão no 34. Companhia de Planejamento do Distrito Federal, Codeplan. Brasília, 2018.

PITANGUI, C. P.; TRUZZI, O. M. S.; BARBOSA, A. S. Local productive arrangements: an analysis based on the participation of local organizations for development. **Gestão & Produção**, 2019.



PORTER, M. E. **Clusters and the New Economics of Competition**. Harvard Business Review, Boston, 1998.

RIBEIRO, I. S.; LUZ, J. S. Arranjos Produtivos Locais: sua utilização como política de desenvolvimento no Estado de Goiás. **Revista de Administração Da Universidade Estadual de Goiânia**, 9(3), 1-18, 2018.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v.6, no. 1, p.383-387, 2012.

SCHLABITZ, C. J. **Mapeamento da Atividade Econômica no DF**. Companhia de Planejamento do Distrito Federal, Codeplan, Brasília, 2017.

SCHLABITZ, C. J., FIGUEIREDO, J. F. M, COITINHO, R.C. Conjuntura Econômica: Performance das Atividades Produtivas do DF. **Codeplan**, Brasília, 2022.

SEBRAE. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014.

SEEC. **Economia de Brasília**. Governo do Distrito Federal, 2022.

SILVA, D. Corporações de Ofício. Estudo Prático, 2015.

SILVA, G.; DI SERIO, L. C. The sixth wave of innovation : are we ready ?. **RAI**, 13(2), 128–134, 2016.

SOBRAL, C. H. M. **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno**. Ride/DF - Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2008.

SOUSA, R. **Primeira Revolução Industrial**. Brasil Escola, 2022.

SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **RIDE-DF**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/ride-df/ride-df>>.

SURDI, D. **RIDE – Realidade do Distrito Federal e da RIDE**. Gran Cursos Online, 2018.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n.44, p. 203-220, 2014.

APÊNDICE - NOTA DE RODAPÉ

3. <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/apls-brasileiros>.

4. <http://www.redesist.ie.ufrj.br/atividades/mapa-de-apls>.

5. www.gov.br/sudeco/pt-br/assuntos/ride-df.



6. <https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2022%7C05Maio%7CDODF%20081%2003-052022%7C&arquivo=DODF%20081%2003-05-2022%20INTEGRA.pdf>.

Enviado: 24 de julho, 2023.

Aprovado: 26 de junho, 2023.

¹ Pós-graduação Lato-Sensu em Engenharia de Segurança (UNB). Pós-graduação. Lato-Sensu em Gestão Ambiental (UNIMINAS). Graduação em Engenharia Civil (UEMG). ORCID: 0009-0003-7578-3572. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0672413028097883>.

² Orientador. Doutorado em Administração (USP). Mestrado em Energia Nuclear e Meio Ambiente (IPEN - USP). Mestrado profissional em Ingénierie Économique Et Enterprise (UPMF, França). Pós Graduação Lato Sensu em Educação à Distância (UNIMAIS). MBA Economia do Setor Financeiro (USP). Graduação em Economia (USP). ORCID: 0000-0003-3003-1222. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2824313950877049>.